

Quem pagará a conta do ajuste?

ROLF KUNTZ

JORNAL DA TARDE

Não há almoço grátis, disse Milton Friedman, que só não mostrou como essa verdade se aplica especialmente aos assalariados. Eles pagam tanto pelos erros quanto pelos consertos macroeconômicos. Quando sobem os preços e a renda se transfere para os mais fortes, quem vive de salário paga o almoço de quem lucra com a inflação. Quando vem a deflação, os trabalhadores custeiam o próprio resgate e o de toda a economia: o salário real se valoriza, mas, para isso, alguns ficam sem salário nenhum.

Como os assalariados carregam a maior parte do peso da inflação, parece um bom negócio, para eles, um pouco mais de sacrifício para estabilizar os preços. A vantagem parece ainda maior quando à inflação se junta, como no Brasil, um alto nível de desemprego. Maior crueldade, pode-se argumentar, seria nada fazer, e assim prolongar o sacrifício já vivido. Talvez por isso ninguém tenha discutido, até agora, quem vai pagar a conta do novo plano de combate à inflação. Mas, dê ou não resultado, um plano antiinflacionário é tão pouco neutro quanto a própria inflação.

Mesmo entre os assalariados, o efeito é nitidamente desigual, tanto na ida quanto na volta. Sindicatos mais fortes, normalmente ligados a setores empresariais mais poderosos, tendem a ser menos prejudicados pela inflação, empurrando os custos para o resto da sociedade. Participam dos benefícios, também, dos acordos setoriais, como tem ocorrido no Brasil. Quando se retrai o mercado, protegem-se mais do que os trabalhadores das áreas mais afetadas pela re-



HAVERÁ SACRIFÍCIO E MAIS UMA VEZ A DISTRIBUIÇÃO TENDE A SER DESIGUAL, COM MAIOR PESO PARA OS MAIS FRACOS.

dução da demanda.

O novo plano brasileiro, na sua parte ortodoxa, tem as características de uma política recessiva, talvez compensável por uma intervenção direta nos preços (câmbio, salários ou outros itens). O ajuste fiscal, se ocorrer, deverá realizar-se tanto pelo aumento de impostos quanto pela redução dos gastos. Poderá permitir um controle monetário mais efetivo e até abrir espaço a algum investimento produtivo, mas isto não ocorrerá, provavelmente, a curtíssimo prazo. Se o ajuste não for compensado por uma política de outro tipo, será um caminho doloroso. Talvez não haja solução indolor e os brasileiros devessem tê-lo descoberto há mais tempo. Mas nada, na teoria econômica, diz que o sacrifício tenha de ser suportado sempre pelos mesmos grupos.

No capítulo heterodoxo, fala-se em criação de uma moeda

forte, com valor vinculado à taxa de câmbio. Esta é a parte mais perigosa. Se a reforma da moeda corresponder a uma dolarização, em moldes mais ou menos clássicos, poderá haver uma hiperinflação na moeda velha. Ao fugir da moeda velha para a nova, as pessoas farão explodir os preços em cruzeiros reais. Neste caso, o efeito será arrasador para quem mudar de moeda mais lentamente. Será, com certeza, o caso da população mais pobre.

Mesmo sem esta hipótese, porém, a mudança envolve riscos muito importantes. Se a moeda for supervalorizada em relação ao dólar e às moedas dos principais compradores e fornecedores do Brasil, o saldo comercial despencará, como ocorreu na Argentina e no México. O balanço de pagamentos poderá ser consertado com operações financeiras, mas em condições muito instáveis. Enquan-

to isso, cairão as exportações, crescerão as importações, muita gente será demitida e empresas poderão ser fechadas (como na Argentina). Além disso, pouco será necessário para uma reversão do movimento de capitais. Uma encrência na política de privatização poderá ser o tiro de partida. Ou uma elevação brusca dos juros internacionais.

Um mero congelamento do câmbio — outra hipótese — poderia frear os preços, aumentar a renda real dos consumidores por algum tempo e até animar a economia, passageiramente, mas acabaria conduzindo com rapidez a uma crise nas contas externas. Embora possa parecer uma saída tentadora, quando se pensa nas eleições do próximo ano, seria um erro muito visível e, por isso, provavelmente rejeitado.

A proposta de formação de um fundo social, apresentada pelo Ministério da Fazenda, parece indicar uma preocupação com os custos sociais do ajuste. Pode ser. Outras equipes manifestaram a mesma preocupação, mas o efeito prático foi sempre nulo. Sobre a nova tentativa de ajuste, só um ponto é certo. Dê ou não resultado, haverá sacrifício e mais uma vez a distribuição tende a ser desigual, com maior peso para os mais fracos. Se não der certo, ainda pior: os assalariados sofrerão um pouco mais em troca de nada, como tem sido a regra.

O AUTOR

Rolf Kuntz é professor do Departamento de Filosofia da USP

